

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC - NA EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSIVA

Silvana Leal Torres

Universidad Del Sol

<http://lattes.cnpq.br/2192924795340100>

<https://orcid.org/0009-0001-4652-047X>

E-mail: producaoacademica@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-85>

RESUMO: Esta pesquisa aborda a educação inclusiva na educação infantil sob a perspectiva do atendimento educacional especializado pode ser desenvolvido na educação infantil na perspectiva da inclusão escolar, enfatizando os olhares do PCN e BNCC. Assim como os objetivos buscam apresentar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); mostrar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e analisar o currículo escolar na BNCC. A metodologia adotada foi a revisão de literatura, ou seja, pesquisa bibliográfica, tendo como base abordagem qualitativa. Os resultados foram os PCN são um apontamento especial para adaptação curricular e estratégias de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais e servem como guia para a prática docente no ambiente escolar. Desta forma, conclui-se que este trabalho pode servir de base para a construção de conhecimento sobre práticas eficazes para a inclusão infantil, considerando estudos futuros que deverão incluir amostras mais amplas e diversificadas, pois este é um tema que evolui a cada dia. Pesquisas de campo também poderiam ser realizadas para testar essas variáveis na prática educativa de crianças com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. BNCC. Educação Infantil. PCN.

THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE - BNCC - IN EARLY EARLY AND INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: This research addresses inclusive education in early childhood education from the perspective of specialized educational services that can be developed in early childhood education from the perspective of school inclusion, emphasizing the perspectives of the PCN and BNCC. Just as the objectives seek to present the National Curricular Parameters (PCN); show the National Common Curricular Base (BNCC) and analyze the school curriculum in the BNCC. The methodology adopted was literature review, that is, bibliographical research, based on a qualitative approach. The results were that the PCN are a special note for curricular adaptation and teaching strategies for students with special educational needs and serve as a guide for teaching practice in the school environment. Therefore, it is concluded that this work can serve as a basis for building knowledge about effective practices for child inclusion, considering future studies that should include broader and more diverse samples, as this is a topic that evolves every day. Field research could also be carried out to test these variables in the educational practice of children with disabilities and/or special educational needs.

KEYWORDS: Inclusion. BNCC. Child education. PCN.

INTRODUÇÃO

Há um requisito essencial que promove o desenvolvimento do aprendizado, chamado Atendimento Educacional Especializado, acontece no contraturno da sala regular e tem a finalidade de amparar para que a educação inclusiva aconteça de fato, com a colaboração entre escola e família, sabe-se que estão correlacionados e necessitam andar lado a lado em harmonia (LIMA, 2014; OLIVEIRA, 2015).

É primordial obter estratégias pedagógicas que forneça mecanismos ao aluno com deficiência mais participativo, tornando-o em um cidadão autônomo e crítico, ressaltando a sala de recursos, local de grande valia nesse processo. Braga, Salles e Vivas (2016), afirmam que o professor da sala de recursos atua de forma colaborativa com o docente com o objetivo de que em conjunto, tenham técnicas pedagógicas que facilitam a interação com a turma e as tarefas escolares. Vale ressaltar que são métodos de êxito através da participação da família e da comunidade escolar nas decisões, desconstruindo as construções discriminatórias.

A presente pesquisa visa elucidar a seguinte pergunta de investigação: como a base nacional comum curricular acontece com foco na BNCC? Assim como os objetivos buscam apresentar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); mostrar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e analisar o currículo escolar na BNCC

No período que a educação especial surgiu, foi considerada um privilégio de grupos econômicos minoritários. Para que entenda com clareza sobre a educação especial e a educação inclusiva, é de grande valia a compreensão da história social, comportamental, da formação e dos padrões de uma determinada época. Falar em inclusão é sempre desafiador, pois é considerado um local inexplorado para muitos indivíduos, entretanto, para entender melhor a ideia da temática atualmente sobre inclusão e seus aspectos, sabe-se que pode causar dor e polêmica. É fundamental compreender a laboração de como lidar com pessoas com deficiência, além disso, vivenciar a educação especial e chegar ao movimento de educação inclusiva. À vista disso, segundo Blanco (2003), neste processo, podemos dividir o tratamento dispensado ao deficiente em quatro etapas distintas:

Desta forma, vê a relevância do estudo, pois a educação especial era originalmente

um sistema de ensino independente de crianças com deficiência. Além da educação formal, baseava-se na crença de que as escolas formais não atendiam às necessidades das crianças com deficiência, porque segundo Lima (2006), ainda não tínhamos recursos, não tínhamos professores bem formados, estrutura escolar adequada, dinâmica escolar para receber alunos especiais, recursos didáticos etc. Por meio dessa síntese histórica, pode-se perceber como a situação de inclusão se apresenta de forma sutil ao longo do tempo para que possa ser compreendida hoje.

MARCO TEÓRICO

Atualmente, a BNCC lançou a ideia de mudar o modo de exclusão histórica e marginalizada diante os discentes portadores de deficiências especiais, através das leis: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº13.146/2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o qual garante e a favorece, em condições de igualdade, com a finalidade de promover à sua inclusão social e cidadania.

Segundo Brasil (2017, p. 7) “a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

Tais decisões necessitam ser, de forma igualitária, levadas em consideração na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino, a exemplo: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), prestando as instruções das Diretrizes Curriculares Nacionais. Devido a inserção da Educação Infantil na BNCC, dessa maneira, é realizada a inclusão ao conjunto da Educação Básica.

No ano de 2017, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) iniciou o debate mediante ao papel do Estado na elaboração, implementação e regulação de uma medida de cunho curricular e nacional para a educação básica, causando posturas favoráveis e opostas a centralização curricular via Ministério da Educação (MEC), considerando os princípios éticos, políticos e estéticos que poderiam direcionar a criação

do conhecimento nas escolas infantis. Tal mudança molda os objetivos de aprendizagem para a crianças com idade de 0 a 5 anos. Aprovada a começar em 2018 (BRASIL, 2018), espera-se momentos com grandes desafios, seja factíveis a padronização da educação no país de caráter currículo escolar e maior envolvimento da família e da sociedade.

Há uma pesquisa intitulada “Atitudes pela Educação”, pulicada através do movimento “Todos pela Educação”, relata que somente 12% dos pais estão comprometidos e apresentam um relacionamento de proximidade com os mesmos e as atividades escolares. A pesquisa foi aplicada em 2.002 pais ou responsáveis de discentes entre 4 e 17 anos, de escolas públicas e particulares em todas as regiões do Brasil, resultando que há bastante trabalho a fazer para criar uma integração entre os diversos setores da sociedade, de forma a gerar engajamento e interesse pela criança de com necessidades especiais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014).

O que falta na nova BNCC, para Educação Infantil e inclusão, apesar das alterações, é que ela não faz menções ainda para as “questões de gênero”, observando que o Conselho Nacional de Educação tem preferência de tratar do assunto de maneira separada. No que refere à introdução religiosa, sua inserção busca o conhecimento dos mesmos com relação aos aspectos estruturais das diferentes tradições e movimentos religiosos. Entende-se que as mudanças realizadas na Educação Infantil no ano de 2018, apresentam potencial de ajudar na diminuição da desigualdade do ensino brasileiro, entretanto, dependerão também da qualidade da efetivação dos municípios em questão.

A novidade da BNCC esclarece os seis direitos de aprendizagem e explica os cinco campos de experiência que reorganiza a matrix curricular, porém, não aparece a educação inclusiva de forma clara e propositiva que serviram como um uma fundamentação teórica para a base. Observa-se contraposição entre os três documentos estruturantes da etapa, a exemplo: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), do ano 1998, afirma os ensinamentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), iniciado no período de 2009, em que põe a criança como alvo e se especializa em como proporciona o direito de aprender. Segundo a BNCC (2017) reafirma a ideia da criança como o centro e constitui os cinco Campos de Experiências e finalidades de ensino através dos “Direitos de Aprendizagem”.

Objetivos de aprendizagem (crianças pequenas), distinções práticas entre corpo

e movimento onde os sujeitos olham “para fora” de seus próprios corpos, por exemplo, “demonstram o uso do corpo envolvendo-se em momentos de cuidado, brincadeira e brincadeira”. Controle e cumprimento de “jogos” e “estudo de movimentos cada vez mais precisos” (BRASIL, 2016, p. 72).

Apesar de toda bagagem de estereótipos, as crianças pequenas ainda encontram espaços para a transgressão, para a superação e para expressão dos seus desejos. Assim, as crianças pequenas, com seus corpos e com suas espontaneidades, problematizam e questionam esses modelos centrados no adulto.

As competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nos quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos que servem de orientação aos professores e orientação sobre o ensino e a aprendizagem, fornecendo base para o que é entregue aos alunos em cada ciclo de ensino. a respeito disso “os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional” (BRASIL, 1997, p. 13).

É importante ressaltar que esses parâmetros se aplicam tanto às redes de ensino públicas como às privadas. O conteúdo é composto por vários volumes divididos por níveis do ensino básico: primeiros anos, últimos anos e ensino secundário. Distribuídos dentro de cada volume estão os componentes do curso, os temas e os chamados temas transversais que devem permear todo o conteúdo. Conforme afirmado na introdução do documento:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, buscam auxiliar o professor na sua tarefa de assumir, como profissional, o lugar que lhe cabe pela responsabilidade e importância no processo de formação do povo brasileiro. Dada a abrangência dos assuntos abordados e a forma como estão organizados, os Parâmetros Curriculares Nacionais podem ser

utilizados com objetivos diferentes, de acordo com a necessidade de cada realidade e de cada momento (BRASIL, 1998, p. 12).

Os parâmetros do conteúdo educacional estadual são desenvolvidos de acordo com as Diretrizes e Leis Marcos da Educação do Estado, cujo principal objetivo é proporcionar aos alunos a formação necessária para desenvolverem suas potencialidades, prepará-los para o emprego e exercerem conscientemente seus direitos à cidadania (LDB, 1996).

Em suas anotações, ainda pertinentes ao documento, consta um livro específico relacionado à “Adaptação de currículo e estratégias de ensino para alunos com necessidades especiais” de 1998 (BRASÍLIA, 1998).

Esta nota contém informações e orientações para professores sobre como adaptar o ensino da matéria às características únicas de cada aluno com deficiência. Ao discutir este livro, mostra-se claramente que ele reflete as práticas docentes e docentes para promover a atuação profissional dos professores e a adaptação dos conteúdos de acordo com o seu potencial no processo de matrícula desses alunos, especialmente nos parágrafos seguintes. O conteúdo do arquivo de trecho do alinhamento curricular é o seguinte:

Este documento contém dez objetivos que visam sobre as habilidades dos alunos. Um desses objetivos grande valia na educação especial, quando se trate de:

Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente; [...]desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 07).

Em relação ao texto anterior, pode-se dizer que o objetivo do PKN é coordenar o currículo para proporcionar aos alunos uma formação adequada ao seu nível intelectual nas aulas do ensino regular e possibilitar a integração na sala de aula e no ambiente. Integrando-se com a experiência dos seus pares, estes alunos recebem atividades contextuais adequadas às suas capacidades, destinadas a melhorar a sua aprendizagem num quadro educativo, e as aulas seguem a progressão da sala de aula regular em que estão inseridos.

Todos os PKNs que reabrem abordam necessidades educativas especiais, fornecem um breve conceito de cada deficiência e discutem conteúdos curriculares escolares relevantes e adaptações curriculares, desde projetos de aprendizagem até abordagens curriculares e adaptações de elementos curriculares. Atualmente, considerada flexibilidade tarifária. Reforçando isso, Silva (2012) afirma que o currículo escolar trata da aprendizagem escolar, que é um padrão organizacional que determina o nível das atividades de ensino e aprendizagem.

Consiste em um projeto educativo no meio ambiente e também nas escolas e transmite conceitos e fundamentos filosóficos e sociopolíticos relevantes e vinculados a um plano prática-teoria-ação. Dado que estes planos são as hipóteses básicas do comportamento humano e do planejamento educacional, devem procurar a unidade entre pensamento e ação, teoria e prática (SILVA, 2012).

A respeito da educação especial os PCN trazem a concepção de que “A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos” (BRASIL, 1998, p. 31). Essas palavras indicam a necessidade de adaptações nas atividades de aprendizagem relacionadas aos conteúdos curriculares para garantir uma formação que atenda às necessidades específicas de cada aluno da especialidade.

A adaptação curricular defende a necessidade de adequar o currículo regular às suas deficiências, discutindo oportunidades de aprendizagem para flexibilizar os conteúdos, levando em consideração as dificuldades de aprendizagem de cada aluno. “A coordenação curricular nesta situação envolve planejamento pedagógico e atividades de ensino baseadas em critérios que determinam: o que os alunos devem aprender; quando e como devem aprender” (BRASIL, 1998, p. 33).

Essa coordenação é baseada no objetivo de atender as necessidades educacionais específicas de cada aluno com deficiência incluída, com base em uma relação harmoniosa entre requisitos de flexibilidade e conteúdo curricular. A sala de aula chamada "tradicional" inclui alunos com deficiência, alunos com deficiência global de desenvolvimento, altamente capazes/Sabe-se que embora nenhum aluno é superdotado, também há alunos com dificuldades de aprendizagem sem vínculo patológico. Execute tarefas individuais. Planejamento pedagógico. Uma forma de pensar nessa possibilidade

é criar grupos baseados na dificuldade que respeitem o ritmo único de cada aluno e promovam a verdadeira inclusão.

As adaptações significativas na temporalidade referem-se ao ajuste temporal possível para que o aluno adquira conhecimentos e habilidades que estão ao seu alcance, mas que dependem do ritmo próprio ou do desenvolvimento de um repertório anterior que seja indispensável para novas aprendizagens (BRASIL, 1998, p.40).

A adaptação da abordagem ao currículo corresponde a uma série de modificações de elementos físicos, materiais ou comunicativos que promovem a participação dos alunos com necessidades educativas especiais no desenvolvimento do currículo escolar. O documento também fornece uma série de recomendações e ações para adaptar a abordagem ao currículo, tais como a introdução de ferramentas de avaliação, objetivos adicionais ou alternativos e diferentes procedimentos de ensino, normalmente, utilizados por diferentes professores e organizações. Esta aula é destinada às necessidades especiais de alunos com deficiência. Esse suporte teórico auxilia os professores a planejarem atividades educativas benéficas ao processo educacional de seus alunos (BRASIL, 1998).

As sugestões são definidas de acordo com a deficiência (deficiência visual, auditiva etc.) e apresentam modelos de adaptações metodológicas, didáticas e de processo avaliativo:

Essas medidas adaptativas focalizam a diversidade da população escolar e pressupõem que o tratamento diferenciado pode significar, para os alunos que necessitam igualdade de oportunidades educacionais. Desse modo, buscam promover maior eficácia educativa, na perspectiva da escola para todos (BRASIL, 1998, p. 59).

Os documentos analisados também levantam questões para reflexão sobre os chamados “sistemas de apoio”, definidos como recursos e estratégias utilizadas como apoio que tendem a “apoiar a autonomia, a produtividade, a integração e o funcionamento nos ambientes escolar e comunitário” (BRASIL, 1997, p. 53).

Fatores como pessoas próximas ao aluno, recursos físicos e materiais, atitudes, valores e crenças, recursos tecnológicos, programas de tratamento gerais e específicos são elencados como importantes na tomada de decisões sobre o apoio ao aluno, levando em consideração alguns dos seguintes aspectos: questões de educação, por exemplo “situações em que é necessário apoio: dentro ou fora da sala de aula, em grupo ou individualmente, antes ou depois das atividades normais de aprendizagem” (BRASIL,

1998, p. 53), e, principalmente, o modo e a intensidade do apoio. Deve ser providenciado.

O processo de avaliação é também um tema que tem sido cuidadosamente considerado na literatura, reconhecendo a sua importância em todas as áreas do processo educativo, especialmente o seu papel crítico na adaptação curricular. Ele lista aspectos do processo de avaliação que são relevantes para o aluno, a situação familiar e o contexto educacional. Também fornece orientações importantes sobre como apoiar alunos com deficiência, alunos com deficiência global e alunos superdotados, levando as equipes escolares a considerarem:

Alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis): a possibilidade do aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; a valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; a competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; o efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família (BRASIL, 1998 p. 58).

A conclusão “Não tire conclusões” ao final dos PCN mostra que não há nada vazio, que não há conclusões claras na educação, principalmente na educação especial, e que sempre há espaço para aprendizado e reflexão. Evolução de conceitos e conhecimentos. Esta seção do documento reconhece os desafios que os sistemas educativos enfrentam para satisfazer as necessidades educativas dos alunos matriculados em salas de aula regulares.

Entende-se também que a flexibilidade e o dinamismo deste currículo podem não ser suficientes para superar as limitações destes alunos ou para compensar as suas reais limitações. A este respeito, a adaptação curricular parece ser uma ferramenta importante para resolver esta situação e melhorar a educação. estudante. As aulas de educação especial estão incluídas nas aulas do ensino regular.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos com o objetivo de promover a educação em diversos setores do país. Tem havido muito debate sobre esta questão, particularmente a necessidade de alterar os

currículos escolares para aliviar os vários desafios de aprendizagem que a Rede Nacional de Educação enfrenta.

Portanto, o objetivo principal da criação da BNCC não foi subdividir o currículo que apresenta habilidades e competências em aulas interdisciplinares e interdisciplinares. Antes da primeira versão desta, outros documentos normativos, como a LDB (1996), sinalizavam a necessidade de formulação de uma nova base geral para a educação básica. Surgiu uma nova base abrangente denominada Base Nacional Comum de Conteúdos Educacionais, que foi lançada para discussão pública em 2015 e depois transferida para o Ministério da Educação em 2017, tornando-se a versão final em dezembro de 2018. O nível de educação pré-primária refere-se ao ensino primário, I, II e secundário (fase de implementação).

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais (BRASIL, 2018, p. 08).

A BNCC está dividida em capítulos que abordam a estrutura dos níveis de educação pré-primária e fundamental, classificam as diversas áreas e especificam as habilidades e competências esperadas para cada componente do currículo. Essas competências são definidas no texto da BNCC da seguinte forma: o acúmulo de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que possibilitam aos estudantes vivenciarem o cotidiano pessoal e profissional e praticar a cidadania (BRASIL, 2018).

A base do programa educacional comum nacional “sugere dez competências gerais que estão vinculadas e reveladas no tratamento didático proposto nos três níveis educacionais básicos e que aparecem na formação de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de conhecimentos, atitudes e valores” (BRASIL, 2018, p. 8).

Essas competências devem ser buscadas não apenas na gestão do desenvolvimento educacional dos alunos, mas também no trabalho das escolas e dos professores. Segundo citação no texto do documento, as competências gerais são “os conhecimentos (conceitos) necessários para resolver as necessidades complexas da vida

cotidiana e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores. Trata-se de concretizar plenamente o mundo da cidadania e do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08).

Estas competências baseiam-se no conhecimento, no pensamento científico, crítico e criativo, bem como no pensamento cultural. Ele é projetado para ensinar aos alunos coleções, cultura digital, comunicação, projetos de trabalho e de vida, raciocínio, autoinvestigação e autogestão, empatia e colaboração, e responsabilidade e cidadania.

Continuando a leitura do BNKC, o texto explica o compromisso com um marco legal para a educação inclusiva, um marco pedagógico (Constituição Federal 1988, LDB 1996, CNE 1999 e PNE 2001) que apoiou o desenvolvimento do documento. A base também fornece orientações sobre currículos antes de ingressar no órgão. Este documento descreve claramente as competências e habilidades, conhecimentos e objetivos técnicos a desenvolver para cada unidade acadêmica na área de experiência. O documento completo contém informações detalhadas para orientar e orientar a prática instrucional para cada componente curricular do jardim de infância ao 9º ano.

Especificamente no que diz respeito à educação especial, a Base Nacional Comum Curricular fornece algumas orientações e informações. Por exemplo, a página 17 do documento curricular discute algumas das decisões que precisam de ser analisadas na concepção e desenvolvimento curricular para diferentes áreas educativas. Por exemplo, há questões de contextualização dos conteúdos dos componentes curriculares, organização interdisciplinar e avaliação de processos. Nesse momento faz-se a seguinte referência:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo- se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2018, p. 17).

Ao longo do documento, na seção 4.3 da área de Ciências da Natureza etapa do ensino fundamental I, especificamente na página 325, na unidade temática relacionada à Vida e Evolução, o texto propõe estudos sobre questões relacionadas aos seres vivos em geral, um enfoque na percepção do corpo humano, aspectos relativos à saúde e a políticas públicas:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial (BRASIL, 2018, p. 325).

Como se pode ver no excerto acima, uma simples pesquisa mostra que a palavra “educação especial” aparece apenas duas vezes nas 600 páginas da Base de Dados de Conteúdo da Educação Liberal Nacional. O termo “inclusão”, que é contextualizado para se referir a alunos com educação especial ou deficiência, deficiências típicas de desenvolvimento e alunos superdotados, aparece apenas duas vezes na organização curricular. Citando 13.146/2015 (lei brasileira sobre inclusão de pessoas com deficiência). O maior desafio que deve ser enfrentado não é utilizar a BNCC em benefício da política nacional, mas sim torná-la acessível a todos os professores e alunos. Isto realça a necessidade de planejamento curricular e abordagens que incluam a pedagogia para além do conteúdo em si. Pratique isso. Preste atenção na personalidade do aluno (FERREIRA, 2015).

O CURRÍCULO ESCOLAR NA BNCC

O currículo pode ser considerado a base da organização escolar, sem o qual o conhecimento e a prática ficam desestruturados. Portanto, é definido não apenas como um conhecimento sistemático que consiste em componentes predeterminados do currículo, mas também como um conhecimento que define todas as funções desempenhadas pela escola e a função geral da escola. Conforme Moreira (2007, p. 18) corrobora com nossa discussão quando esclarece que:

As discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos e alunas, sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir.

Portanto, além de promover o funcionamento da escola, o objetivo principal do currículo deve centrar-se na aprendizagem e, sobretudo, no desenvolvimento integrado dos indivíduos participantes do processo. Nessa perspectiva, precisamos dar meia-volta

“não a qualquer conhecimento, desprovido de qualquer sentido, mas a um conhecimento que depois de uma série de perguntas que se façam e de respostas que se deem, seja a base para um posicionamento claro e consciente” (GARCIA; MOREIRA, 2008, p.2).

Portanto, é o conhecimento que desempenha um papel na otimização da aprendizagem de qualidade. O currículo escolar é importante porque pode ser a base de qualquer instituição educacional e a espinha dorsal de todo o processo de aprendizagem. Precisamos começar com o que os alunos já sabem cognitivamente e praticar mais através dos conceitos de liderança.

Os currículos do ensino fundamental que apresentam apenas conteúdos fixos não levam em conta o tamanho e a importância do ambiente escolar. Ao criar um tema, ele deve estar relacionado a um contexto com grande influência histórica e ideológica e oportunidades de expressão. O dinamismo do currículo corresponde ao âmbito da prática apenas na medida em que se conecta ao presente.

Todos os professores devem não só estar presentes neste momento, mas também totalmente empenhados em preparar-se para ele. Tudo isso permeia o conhecimento escolar e reavalia a teoria e a prática com o objetivo de melhorar as condições do processo de ensino e aprendizagem para alunos, professores e sobretudo para a escola como um todo. Quando bem elaborados, os alunos percebem que não são uma folha em branco e que nem o professor sabe tudo. A partir disso fica claro que o alcance de resultados exige esforços contínuos e a tradução do conhecimento científico em conhecimento escolar para que os alunos possam compreender melhor os componentes do currículo.

O currículo e seus conceitos não podem ser considerados referências unânimes e universais, enfatizando a necessidade de formulação de subjetividades pluralistas e heterogêneas no seu âmbito. Uma educação que promova a diversidade desta forma é uma educação que se opõe à exclusão. Portanto, as escolas precisam de desenvolver currículos que não sejam exclusivos e discriminatórios, e que tenham em conta as diferenças e melhorem a aprendizagem.

Na perspectiva da construção de uma educação de qualidade, os currículos escolares devem criar disciplinas que ajudem os alunos a compreenderem as suas

ligações, posicionamento e posicionamento dentro do contexto. Conforme Mantoan (2008) afirma que o objetivo é garantir que esse currículo possa ser expandido de forma independente, focando no desenvolvimento da disciplina e não na disciplina e no controle. Através desta forma de pensar, podemos examinar os nossos valores e criar mudanças sociais e educacionais duradouras. Portanto, é importante lembrar que os aspectos culturais são essenciais e relevantes para melhorar a aprendizagem significativa para todos os alunos.

Segundo Sudbrack (2015, p. 1), “rejeita-se a visão de um currículo fixo como uma lista de disciplinas, uma coleção de dados ou um novo campo”. Propõe-se um conceito dinâmico de currículo que vê o conhecimento como conhecimento. Contudo, o currículo tem uma amplitude que ultrapassa os muros da escola e permeia a sociedade como um todo e o seu contexto histórico e cultural. As escolas não são apenas locais de aprendizagem de conhecimentos detalhados e sistemáticos, mas também centros de conhecimento, experiência e intercâmbio cultural. O desenvolvimento curricular nas escolas requer consideração contínua. Essa discussão ficou ainda mais acalorada. Assistimos à implementação do Programa Nacional de Educação Básica aprovado pela BNCC (BRASIL, 2017). No que diz respeito ao currículo escolar, estamos perante um dos desafios das escolas, uma vez que a implementação do currículo na sala de aula exige uma viragem para a pedagogia prática e a participação efetiva dos professores. Segundo Minetto (2012), o planejamento curricular envolve o envolvimento dos professores como pensadores que consideram seus alunos. Ambos impactam a organização pela subjetividade da participação. Ainda, de acordo com a autora:

O currículo não é algo frio, descontextualizado, ao contrário, é algo vivo feito por gente para gente, precisa ser visto enquanto ação. Qualquer currículo traz a marca da cultura no qual ele pertence (ou pertencia). Por tal razão, podemos entender que no currículo estão contidos mais que os conteúdos, estão incluídas nele as concepções de vida do indivíduo e todas as relações interpessoais que este estabelece ao longo de sua história (MINETTO, 2012, p.31).

Portanto, o currículo deve ser contextualmente significativo e equilibrar o conhecimento científico com valores e ideais. A aprendizagem está diretamente relacionada ao currículo, pois orienta e regula as atividades escolares. “O currículo está assim vinculado a um conjunto de iniciativas pedagógicas desenvolvidas com intuito pedagógico” (MOREIRA, 2007, p. 07).

A sua estrutura deverá estar relacionada com o projeto político de educação de cada unidade estrutural escolar e estar em consonância com a política educativa nacional em vigor. O PPP pode ser implementado através do currículo. Conforme Minetto (2012, p. 56):

A organização de uma escola realmente inclusiva está retratada no seu currículo e na estruturação do projeto político-pedagógico (PPP), que deve ultrapassar a mera elaboração de planos e exigências burocráticas. O PPP caracteriza e identifica a escola, ou seja, é a “cara” da escola. Por isso, deve acompanhar as modificações da sociedade, da história, de seus fatos, dos acontecimentos e das legislações, considerando aspectos sociais, políticos, culturais e antropológicos que a caracterizaram. Deve corresponder ao pensamento dos que estarão envolvidos nela.

Do ponto de vista curricular, acreditamos que o contexto educacional e as características sociais, culturais e pessoais dos alunos são importantes no desenvolvimento dos planos educacionais. De uma perspectiva holística, todos os alunos têm o direito de acessar um currículo para desenvolver seus conhecimentos. De acordo com a lei, os professores de educação especial têm a tarefa de adequar o conteúdo das aulas. Para o MEC (BRASIL, 2003, p. 22):

Essas adequações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem. Não se colocam, portanto, como soluções remediativas para “males diagnosticados” nos alunos, nem justificam a cristalização do ato pedagógico igualmente produzido para todos na sala de aula. Do mesmo modo, não defendem a concepção de que a escola dispõe sempre de uma estrutura apropriada ou realiza um fazer pedagógico adequado a que o educando deve se adaptar. Implica, sim, a convicção de que o aluno e a escola devem se aprimorar para alcançar a eficiência da educação a partir da interatividade entre esses dois atores.

O processo educativo resultante de um currículo escolar inclusivo deve ter em conta aspectos da diversidade, especialmente hoje, em que as diferenças são mais pronunciadas e conduzem à exclusão social. Tudo isto é sinónimo de uma prática pedagógica ponderada, decidida e atualizada.

A ênfase dada à equidade como princípio norteador das práticas curriculares diferenciadas tem sido frequentemente desafiada no contexto da Educação Básica, pela expansão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Por isso, ter em conta a diferenciação curricular no acesso aos conhecimentos e no sucesso

escolar como ponto de chegada dos percursos formativos dos estudantes identificados como público-alvo da Educação Especial, além do acesso e da permanência na educação escolar, pode potencializar a justiça curricular e equidade (SANTA CATARINA, 2019, p. 107).

As discussões sobre o desenvolvimento do currículo escolar e questões de diversidade estão atraindo a atenção. Acreditamos que as escolas são locais de discussão, reflexão e ideias sobre as relações sociais, o valor das experiências e o respeito mútuo. Para que as escolas proporcionem conhecimento de qualidade a todos, a questão é saber se o currículo tem em conta as diferenças e responde à diversidade. Porque a diversidade faz parte do ambiente escolar. As raízes dos processos históricos de exclusão ainda se refletem nos currículos escolares atuais. Isso ocorre porque se baseia em uma cultura padrão que inclui apenas um grupo específico de indivíduos. Para Moreira (2007, p. 19) acentua a importância do currículo quando pontua que:

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Daí a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e desenvolvido quanto o currículo oculto.

Sendo as escolas locais de diversidade, existe a curiosidade de compreender como um currículo inclusivo tem em conta estes aspectos fundamentais.

Para Moreira (2007, p. 14):

O sistema escolar, assim como nossa sociedade, vai avançando para esse ideal democrático de justiça e igualdade, de garantia dos direitos sociais, culturais, humanos para todos. Mas ainda há indagações que exigem respostas e propostas mais firmes para superar tratamentos desiguais, lógicas e culturas excludentes.

Além de todos os aspectos destacados, é importante ressaltar que se os professores não forem sensíveis às diferenças, não permitirão que os alunos aprendam e as escolas perderão a oportunidade de criar diálogo utilizando conhecimentos e habilidades diversas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Há muitas discussões sobre políticas de educação inclusiva no contexto da

educação. Essa discussão levanta questões sobre como é considerada a transversalidade da educação inclusiva no contexto da educação especial na perspectiva da BNCC e o que pretendem os PCN. Uma abordagem ao conteúdo, currículo, avaliação e acomodações necessárias para apoiar a aprendizagem de alunos com deficiência. Portanto, neste título específico, consideramos sob uma perspectiva contextual os pontos e contrapontos descobertos e destacados pela leitura dos documentos analisados (PCN e BNCC) e demais literaturas publicadas utilizadas para suporte teórico na replicação deste artigo.

Um dos primeiros materiais elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e enviados ao Conselho Nacional de Educação (CNE) foram os Parâmetros de Conteúdo Curricular Nacionais (PCN), em 1998, com o objetivo de se tornarem diretrizes nacionais. O Plano Nacional de Educação global (2014) mostra que está a ser criada uma base nacional comum para garantir a qualidade social da educação nos vários grupos sociais (MOREIRA, 2012). Face à reforma do ensino básico, o Ministério da Educação e Cultura publicou a primeira versão do documento “Currículo Básico Nacional Comum” em 2015, seguindo-se a terceira e última versão em 2018.

Macedo (2014) alertou em seu estudo que, nesse cenário, bases sociais podem surgir com o objetivo de interferir nas políticas educacionais nacionais e obter maior controle sobre o currículo por meio da construção de arranjos políticos que fortaleçam a mercantilização da educação. Essa ideia foi apoiada pelo órgão representativo do Fórum Pernambucano de Proteção à Educação Básica no dia 2 de agosto de 2018. Isso indica que o texto proposto pela BNCC implica a desintegração da educação, além de sua mercantilização, privatização e incerteza. do ensino básico (ADUFEPE, 2018).

Os trabalhos de Fernandes (2011) e Garcia e Michels (2014) geraram a noção de que praticar a educação para todos envolve práticas curriculares abertas e flexíveis que levam em conta as necessidades e privilégios educacionais dos alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. aprendido. As atividades educativas que flexibilizem o currículo deverão basear-se em respostas pedagógicas a necessidades específicas. Nas escolas, isto é chamado de adaptação curricular ou flexibilidade curricular (MERCADO; FUMES, 2017).

A flexibilização curricular compreende as modificações necessárias realizadas em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas, ou seja, são estratégias de

planejamento e de atuação docente voltadas às necessidades de aprendizagem de cada estudante, fundamentadas em uma série de critérios para guiar a tomada de decisões com respeito ao que se deve aprender, como e quando e qual é a melhor forma de organizar o ensino para que todos sejam beneficiados (MERCADO; FUMES, 2017, p. 05).

Nesse sentido, os PCN são um apontamento especial para adaptação curricular e estratégias de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais e servem como guia para a prática docente no ambiente escolar. O documento do PKN “Estratégias de Adaptação Curricular na Educação de Alunos com Necessidades Especiais” pretende proporcionar mais engajamento e incentivo aos educadores, especialmente quando são necessárias adaptações em sala de aula para garantir a aprendizagem. de todos os seus alunos.

PCN - Adaptação Curricular: Estratégias para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais é considerado um bom guia de ensino e, embora o texto do PCN tenha objetivos, a falta de conhecimentos docentes que possam ser utilizados em conjunto em termos de adaptação e flexibilidade curricular é destacada como um ponto negativo. Medidas claras e bem definidas carecem fundamentalmente de um contexto institucional adequado para sua implementação” (LESSA, 2012, p. 40).

Pensando nos pontos positivos da BNCC (uma tarefa difícil), podemos destacar os seguintes pontos: Do ponto de vista da política educacional que visam reduzir as desigualdades sociais e regionais no acesso ao direito à aprendizagem, propostas que oferecem oportunidades para a participação do público na construção e discussão dos currículos escolares não foram concretizadas porque o currículo é muito limitado e tem autonomia (ANPED, 2015)

Ressalta-se ainda que a BNCC, apesar de sua visão da transversalidade da educação especial, não tem obtido êxito nesse contexto, explicando a ideia de que a educação especial é um complemento da educação básica. Baseada em um pensamento de que a educação inclusiva promete garantir a inclusão social e educacional para estudantes com Deficiência (transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), as duas versões da BNCC não contemplam o processo de desenvolvimento da aprendizagem, objetivos, habilidades e competências desses alunos (MERCADO; FUMES, 2017). Destaca-se ainda que:

A Educação Especial, como modalidade de educação básica, compartilha os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos das diferentes etapas, níveis e modalidades de ensino. O desafio está na prática da flexibilização curricular, na adequação de objetivos propostos, na adoção de metodologias alternativas de ensino, no uso de recursos e materiais específicos, no redimensionamento do tempo e espaço escolar, entre outros. Aspectos necessários para que estudantes com deficiências exerçam o direito de aprender em igualdade de oportunidades e condições (MERCADO; FUMES, 2017, p. 06).

Por ser o BNKC um documento novo e entendido como um documento normativo nacional, seu foco na educação especial deveria ser mais importante. Estas falhas deixam claro que os processos de educação especial e de integração escolar devem ser melhor caracterizados e geridos de acordo com a realidade e o contexto de cada escola, e de acordo com os projetos pedagógicos e políticos de cada escola. É responsabilidade de cada setor educacional demonstrar autonomia na criação do currículo escolar e não garante o desenvolvimento desse processo.

Os PCN e a BNCC são documentos orientadores e mais um documento normativo na área da educação e, portanto, são utilizados pelos profissionais da educação no planejamento e desenvolvimento de planos de aula. Por este motivo, é considerado um documento importante para estudo e análise. A educação especial nas escolas receptoras é uma realidade vivenciada nas escolas e é garantida por lei, exigindo que os professores busquem conhecimento e orientação no ensino. Nesse sentido, existem muitas lacunas na educação especial que preocupam a formação desses alunos, uma vez que a BNCC é o atual princípio norteador e documento normativo da educação básica no Brasil.

CONCLUSÃO

Com base nos argumentos aqui apresentados, a BNCC (2017) não resolve todos os desafios da educação inclusiva, mas é uma importante ferramenta que visa proporcionar a todos os estudantes do Brasil, independentemente da sua origem. Podemos concluir que é possível pensar, garantindo uma educação de qualidade de acordo com as diferenças individuais, socioeconômicas, étnicas, raciais, de gênero ou de deficiência.

Precisamos mudar a mentalidade de todos os envolvidos no processo educativo, com o objetivo de criar um ambiente escolar mais inclusivo, justo e solidário. A revisão da literatura conclui que as estratégias de educação inclusiva têm sido desenvolvidas

historicamente, destacando a necessidade de combinar esforços para acomodar as diferenças. No entanto, este processo de mudança para garantir que as diferenças sejam aceitas coloca grandes desafios ao sistema educativo. Porque o direito a uma educação escolar comunitária não é apenas para crianças com deficiência ou necessidades especiais, mas para todos, independentemente da diferença ou diferença. Elimina a desigualdade e permite que todos permaneçam na mesma sala de aula e aprendam juntos.

Quando abordamos a inclusão nesta perspectiva, este objetivo parece irrealista, e é claro que as questões de acessibilidade e desenvolvimento comportamental são preferidas nas escolas em vez de receber uma educação equipada com oportunidades para viver com a diferença, a interação e a imortalidade. Quando temos escolas que carecem de preparação de professores, falta de políticas inclusivas, de planejamento, de currículo, de formação continuada, bem como de recursos, infraestrutura, compreensão das limitações pelas diferenças, falta de condições de trabalho, falta de envolvimento familiar etc.

Ressalta-se a importância dos métodos de ensino, que exigem estratégias abrangentes para atender à diversidade das crianças e aos seus diferentes estilos de aprendizagem. O estudo descreve atividades que devem ser contínuas e reflexivas para garantir que a qualidade da educação seja para todas as crianças, pois estimula a aprendizagem colaborativa e promove a socialização, oportunidades de participação, o desenvolvimento cognitivo das crianças, a consciência da diversidade e a valorização individual e grupal.

Além disso, este estudo concluiu que existe uma falta de investigação direta sobre o envolvimento com serviços de apoio como estratégia de inclusão nas escolas.

Também é importante destacar as limitações desta revisão em termos de busca digital, com o número de artigos reduzido devido à indisponibilidade de alguns trabalhos. Além disso, este trabalho pode servir de base para a construção de conhecimento sobre práticas eficazes para a inclusão infantil, considerando estudos futuros que deverão incluir amostras mais amplas e diversificadas, pois este é um tema que evolui a cada dia. Pesquisas de campo também poderiam ser realizadas para testar essas variáveis na prática educativa de crianças com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

ADUFEPE. Associação dos Docentes da UFPE. **Fórum Pernambucano em Defesa da Educação Básica**. 2018. Disponível em: <https://www.adufepe.org.br/entidades-instalam-forum-em-defesa-da-educacao-basica/>.

ANPED. **A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2015. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf.

BRAGA, A.O.; SALLES, E.S.; VIVAS, S.A.C.S. Sala de recursos: pensando novas metodologias através das Tecnologias assistivas, com um olhar sobre a prática. ARTEFACTUM – **Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia**. Ano VIII – N° 02/2016.

BRASIL, Lei Brasileira de Inclusão. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão preliminar. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: A etapa da Educação Infantil**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_silite.pdf.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10.ed. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf.

BRASIL. **Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais**. Brasília, 2000.

BRASIL. **LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2018. Brasília, DF. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares** - Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Especiais, 1998. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, 2014. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília.MEC. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB 020/2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília/DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais/** coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. MEC/SEESP.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. MEC/SEESP. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o **Plano Nacional de Educação (PNE)** e dá outras providências.

Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da**

Educação Inclusiva. 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacaoinclusiva05122014&Itemid=30192.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. 2005. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. In: BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, p. 80-101, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:**

introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação

Fundamental. Brasília-DF, 1997. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>.

BRASIL/Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de**

Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais

para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade

Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. 2 ed. rev. e atual. Curitiba: Ibpex 2011.

FERREIRA, Windy Brazão. O conceito de diversidade no BNCC: relações de poder e interesses ocultos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015.

GARCIA, Regina Leite, MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. (Org). **Currículo na contemporaneidade**: incertezas e desafios. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. **Sistema Educacional Inclusivo**: conceito e implicações na Política Educacional Brasileira.

Cadernos CEDES, v. 34, n. 93, p. 157-173, maio-ago. 2014.

<https://doi.org/10.1590/s0101-32622014000200002>

LESSA, Paula Batista. **Os PCN em Materiais Didáticos para Formação de Professores**.

238f. Tese (Doutorado em Educação, área de concentração, Gestão, Avaliação e Políticas Públicas) Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

Disponível em: < [http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Tese-Paula-Batista-](http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Tese-Paula-Batista-Lessa1.pdf)

[Lessa1.pdf](http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Tese-Paula-Batista-Lessa1.pdf)>

LIMA, J.D. *et.al.* **Desafios da Inclusão no Brasil: a dificuldade da educação Inclusiva dos alunos com deficiências nas escolas brasileiras.** São Paulo, 2014.

MACEDO, Elizabeth. Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. **Revista e Currículo**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530- 1555, Out/Dez, 2014.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Editora moderna, 2006.

MELLO, Ana Paula Barbieri de. SUDBRACK, Edite Maria. **A BNCC e a consciência fonológica: aportes para a leitura e a escrita?** Curitiba: CRV, 2019.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo este desafio.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** / [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, Antônio Flávio. **A qualidade e o currículo da educação básica brasileira.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, A.C. **O papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista.** 2015. 50f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - UAB/UnB, Brasília, 2015.

SANTA CATARINA. **Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense.** Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis, 2019.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **Perspectivas Curriculares Contemporâneas.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

SUDBRACK, Edite Maria. **Currículo: Revisitando o conceito.** In: apostila Escola e Currículo. 2015.

Submissão: julho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: dezembro de 2023.